

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI - RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de São Bernardo do Campo Sub-região Sudeste

Data: 21 de junho de 2016

Local: Prefeitura de São Bernardo do Campo

Praça: Samuel Sabatine, 50 - 19º andar (Salão Nobre do Paço Municipal), Centro

Horário: 19h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes Presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

Secretário de Planejamento Urbano - Alfredo Buso

Consórcio Regional do Grande ABC -

Luis Paulo Bresciani

Emplasa

Presidente: Fernando Chucre

Fernanda Costa

Marcel Veiga

Sociedade Civil

Ver lista de presença

Abertura

São Bernardo do Campo recebeu no dia 21 de junho de 2016 a sétima e última audiência municipal de mobilização do PDUI da Sub-região Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo. O evento, originalmente marcado para o Teatro Cacilda Becker, no Paço Municipal, acabou acontecendo no Salão Nobre da Prefeitura e contou com a presença de pelo menos 70 pessoas, entre técnicos da prefeitura, professores universitários e representantes da sociedade civil organizada.

À mesa principal, tomou inicialmente Alfredo Buso, secretário de Planejamento Urbano do município, representando o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho. Ele convidou Fernando Chucre, presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), e Luiz Paulo Bresciani, secretário executivo do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, para a composição oficial.

Fernando Chucre, presidente da Emplasa, agradeceu à Prefeitura de São Bernardo do Campo pelo apoio e prestígio que, desde o início, tem prestado à construção do PDUI-RMSP, e destacou a importância do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC no processo: “hoje, nesta audiência, o objetivo é apenas explicar um pouco os desafios do PDUI, dentro do Estatuto da Metrópole, e expandir a discussão para a sociedade civil, com uma breve apresentação teórica”.

“Tudo o que estamos fazendo – nos 39 municípios da RMSP – é tentar trazer mais consciência metropolitana e maior articulação entre as cidades, a fim de que se possa melhor aproveitar a grande oportunidade do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, que é, justamente, a construção e a melhoria da governança metropolitana”, concluiu Chucre.

Apresentação da Emplasa

Discorre sobre:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da instância deliberativa para aprovação do PDUI."**

A assessora de planejamento da Emplasa Fernanda Costa iniciou com a apresentação do filme institucional do PDUI, idealizado pela empresa. Em seguida, detalhou o Estatuto da Metrópole e as novas diretrizes que deverão constar dos PDUIs de todas as regiões metropolitanas brasileiras, além de destacar os princípios para a elaboração do Plano e a ideia da “prevalência do interesse comum sobre o local, como base”.

“O PDUI será um instrumento de planejamento de longo prazo, mas deverá ser revisto a cada 10 anos, de acordo com a Lei Federal”, relatou Fernanda, lembrando que a escolha das funções públicas de interesse comum são fundamentais na discussão do PDUI.

A técnica da Emplasa também reforçou que os gestores públicos que não fizerem os seus respectivos PDUIs no prazo estabelecido por lei (até 2018) poderão incorrer em crime de improbidade administrativa, com perda de mandato, inclusive. E esmiuçou a estruturação do Plano que está em processo de elaboração na RMSP. Já há um guia metodológico para dar continuidade às discussões que deverão passar por quatro instâncias (Conselho, Comitê Executivo, Comissão Técnica e Grupos de Trabalho), até seguir para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

A plataforma digital do PDUI, construída pela Emplasa (que tem funcionado como uma secretaria-executiva de todo o processo), foi rapidamente demonstrada pela técnica, que avisou ainda que acontecerão oficinas de trabalho e audiências regionais para montar e escolher as propostas que deverão ser contempladas pela nova lei. (www.pdui.sp.gov.br)

Debate

Cidadã de São Bernardo – Aponta que as preocupações com relação aos prazos dos planos são grandes, dada a importância do tema, mas considera os trabalhos feitos de grande relevância. Ressalta que os temas de gestão de mananciais merecem um tratamento à parte, além da governança e das disputas territoriais.

Luiz Paulo Bresciani – Esclarece que a equipe organizadora do PDUI tem consciência de que o próximo semestre não será suficiente para finalização do plano, devido ao calendário público bastante carregado, mas que, ainda assim, optou-se pela realização das reuniões municipais como forma de não estender o calendário em demasia, garantindo uma discussão mínima a respeito de parâmetros e diretrizes do PDUI. Destaca que a discussão sobre mananciais está sendo tratada por mais de uma secretaria e que os envolvidos estão levando em conta a importância e centralidade deste tema para as futuras definições.

Cidadão de São Bernardo – Aponta a necessidade de as políticas públicas estarem integradas, complementando a ação coletiva de planejamento. Questiona a forma de contemplação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada na elaboração do PDUI.

Luiz Paulo Bresciani – Diz que, em conjunto com os estudos realizados por técnicos especialistas, a participação da sociedade civil é o que tem garantido uma real aproximação das demandas dos municípios para as especificidades regionais que darão os contornos principais do PDUI. Lança a dúvida se é possível se espelhar no Conselho Estadual de Cidades, como forma de garantir a maior participação da sociedade civil organizada.

Fernando Chucre – Destaca que São Paulo é pioneiro na elaboração de um PDUI. E que tal pioneirismo é reconhecido por outros órgãos gestores de planejamento urbano e metropolitano. Aponta ainda que o PDUI vai propor outro modelo de governança, baseado em critérios utilizados pelo próprio Ministério das Cidades, para elegibilidade de representantes para as cidades da RMSP.

Cidadão de São Bernardo – Pergunta qual a situação atual específica de São Bernardo no processo de desenvolvimento do PDUI.

Inácia M. de Souza – Propõe um projeto de despoluição da represa Billings e investimentos em corredores de ônibus.

Bresciani – Lembra que não há filtros para as propostas enviadas para o site do PDUI. Sugere a participante que encaminhe sua proposta para o site. Diz que o grupo

de trabalho de meio ambiente também trabalha com questões de recursos hídricos e que há outras propostas na linha de proteção ambiental, assim como, proposições opostas, que apontam para a proibição de qualquer intervenção sobre mananciais e fontes de água. Lembra que há uma série de interesses conflitantes, que deverão ser harmonizados no decorrer da elaboração do PDUI.

Nesmar T. Oliveira – ativista da Associação de Defesa de Moradia Digna, destaca que o crescimento vegetativo do município aponta para um milhão de habitantes. Em sua opinião, a região de São Bernardo do Campo está sub-representada no PDUI, em razão da quantidade de habitantes e da qualidade de projetos. Questiona se 52 representantes para 39 municípios serão suficientes para representar a sociedade civil.

Bresciani – Ressalta que a instância de 52 membros para a sociedade civil organizada só ocorre no final do plano e que haverá outros encontros e audiências para participação da sociedade civil.

Encerramento

Para finalizar o evento do PDUI em São Bernardo do Campo, Luiz Paulo Bresciani agradeceu aos técnicos a apresentação e ressaltou que o Consórcio do ABC “vem trabalhando em uma sintonia muito fina com a Emplasa”.

Na sequência, esclareceu alguns pontos a respeito do plano diretor regional do Grande ABC, passando a palavra ao professor Jeroen Klink, que discorreu sobre os principais aspectos do trabalho em fase final de desenvolvimento pela Universidade Federal do ABC, em convênio com o Consórcio do Grande ABC.

O objeto desse trabalho é discutir e elaborar um Plano Diretor Regional que subsidie, articule e complemente o processo de revisão dos planos diretores municipais, as diversas leis e instrumentos urbanísticos, assim como as estratégias econômicas e socioambientais das cidades na região do ABC em articulação com o PDUI.

Nas considerações finais e debates, pontos importantes como críticas ao tempo muito curto para elaboração do PDUI, incorporação no PDUI do tema questão ambiental vs. marcos legais estaduais (lei de proteção de mananciais) e a ideia de se localizar as sub-regiões na plataforma digital, entre outros, surgiram durante os debates.